O futuro pertence aos combustíveis renováveis por questões econômicas e principalmente ecológicas, observando que as reservas fósseis são finitas, quaisquer que sejam suas dimensões.

É de fundamental importância destacar o fato de que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo Proálcool, este ainda é responsável por significativa participação do álcool na matriz energética nacional, substituindo 200 mil barris/dia de petróleo equivalente. Seria portanto sensato imaginar que, tendo em vista o sucesso da experiência brasileira nesses 20 anos de programa, sejamos precavidos não somente para mantê-lo, mas até ampliá-lo, se for o caso de enfrentar-se um cenário de escassez acelerada ou qualquer novo sobressalto nos preços do petróleo no contexto internacional.

Antônio Celso C. de Andrade é presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana).

MODERNIZAR SEM EXTINGUIR

DAVID ZYLBERSTAJN

OPINIÃO

O Proálcool tem indiscutível papel estratégico na matriz energética brasileira. É o único programa comercial, no mundo, que usa em larga escala fonte renovável de energia. Esse programa possui reconhecimento internacional e serve de exemplo, uma vez que no cenário mundial se tem atribuído crescente importância à biomassa como combustível.

A Portaria nº 64 do Ministério da Fazenda que, a partir do início do próximo ano, libera os preços da cana-de-açúcar e do álcool, trará grande repercussão não só ao Proálcool como a tudo e todos que a ele estejam associados. Tecnicamente, já foram alcançados os limites máximos de eficiência nas várias fases da produção sucroalcooleira; somado a isso, as regras atuais do cálculo econômico do preço do álcool carburante não permitem a eqüidade dessa fonte alternativa e renovável em relação à gasolina para uso automotivo.

Não há dúvida de que a referida portaria vem corrigir graves distorções ligadas à questão dos preços indiretos. É coerente com o conjunto das políticas econômicas que vêm sendo implementadas com o objetivo de modernizar a economia nacional. Mas não pode se resumir a uma ação isolada. Há que se promover uma urgente e ampla discussão sobre o Proálcool, que leve à sua reestruturação, a exemplo do que vem se realizando no setor elétrico.

Tomando como uma questão de honra a necessidade da manutenção desse programa, por todas as razões citadas, o redirecionamento



do setor sucroalcooleiro deve levar em consideração alguns aspectos contemporaneamente aceitos como sendo os que levaram à liberação de seus preços.

Um exemplo é o da incorporação das extremidades ou *joint-implementation*. Custos como os de caráter ambiental, no caso da utilização de combustíveis fósseis, não internalizados em seus preços, e em contrapartida benefícios como os da biomassa que, em processo físico-químico durante seu desenvolvimento vegetal, reabsorve o CO_2 liberado na atmosfera através da combustão, resultando num balanço zero, senão negativo, não são computados na redução dos custos. Outras extremidades de caráter econômico e social também podem ser incorporadas, como a retração da atividade de produção de álcool e o conseqüente desemprego da mão-de-obra direta, que hoje representa um contingente de 1 milhão de trabalhadores no Brasil (em São Paulo são 400 mil), movimento praticamente inevitável diante do novo quadro que se apresenta. Concorrem ainda para minimizar os custos da produção do álcool, ganhos com a co-geração de energia elétrica, podendo elevar o atual nível da potência instalada do setor de 620MW para cerca de 3GW, significando um incremento da ordem de 2,4GW à oferta de eletricidade no estado de São Paulo.

Outros mecanismos como a *joint-implementation*, que nada mais são que fundos internacionais de financiamento para a melhoria da qualidade do meio ambiente em escala planetária, podem ampliar o grau de competitividade do álcool carburante, dado que seu uso é comprovadamente benéfico em termos ambientais. Sobretudo os países mais desenvolvidos, que devem realizar esforços para a redução da emissão de CO_2, se dispõem a financiar programas afins até mesmo em outros territórios nacionais. O Brasil até o momento não foi beneficiário desses recursos, dos quais é sem dúvida merecedor.

Além desses, são vários os aspectos a ser considerados no propósito de modernizar o setor sem condená-lo à extinção. Vale repetir que o Programa Nacional do Álcool coloca o Brasil numa posição de vanguarda em termos mundiais, e por esse motivo não nos cabe desperdiçar uma experiência como essa. Seria o mesmo que caminhar em direção contrária à do resto do mundo.

David Zylberstajn é secretário de Energia do Estado de São Paulo.